

MORAL HARASSMENT AS A SILENCING DEVICE: *Philosophy teaching and the reopening of the space of dissent*

Resumo:

O presente artigo investiga o fenômeno do assédio moral na educação pública a partir de uma perspectiva filosófica, compreendendo-o não como um desvio pontual ou interpessoal, mas como um dispositivo estrutural associado a determinados modelos de gestão educacional. Sustenta-se a tese de que o assédio moral opera como uma tecnologia de silenciamento do dissenso, incidindo de modo privilegiado sobre o ensino de filosofia, dada sua vocação crítica e reflexiva. Ao tornar visíveis as microviolências cotidianas presentes no ambiente escolar, o professor de filosofia frequentemente se converte em alvo de práticas administrativas que visam neutralizar o debate, o contraditório e a reflexão pública sobre a realidade institucional. A partir do diálogo com autores como Marie-France Hirigoyen, Hannah Arendt, Michel Foucault e Jacques Rancière, o artigo analisa as relações entre violência institucional, gestão autoritária e supressão do espaço público no contexto escolar. Por fim, defende-se que o ensino de filosofia, quando enraizado na experiência concreta do trabalho docente e da sala de aula, constitui não apenas um alvo desses mecanismos, mas também uma potência efetiva de resistência e transformação, capaz de reabrir o espaço do dissenso e da crítica na educação pública.

Palavras-chave: Assédio moral¹; Ensino de filosofia²; Gestão educacional³; Dissenso⁴; Violência institucional⁵.

Abstract:

This article investigates the phenomenon of moral harassment in public education from a philosophical perspective, understanding it not as a specific or interpersonal deviation, but as a structural device associated with certain educational management models. It is argued that moral harassment operates as a technology for silencing dissent, particularly affecting philosophy teaching due to its critical and reflective vocation. By making visible the everyday micro-violences present in the school environment, the philosophy teacher often becomes a target of administrative practices aimed at neutralizing debate, contradiction, and public reflection on institutional reality. Based on a dialogue with authors such as Marie-France Hirigoyen, Hannah Arendt, Michel Foucault, and Jacques Rancière, the article analyzes the relationships between institutional violence, authoritarian management, and the suppression of the public space in the school context. Finally, it is argued that philosophy teaching, when rooted in the concrete experience of teaching work and the classroom, constitutes not only a target of these mechanisms but also an effective power for resistance and transformation, capable of reopening the space for dissent and criticism in public education.

Keywords: Moral harassment¹. Philosophy teaching². Educational management³. Dissent⁴. Institutional violence⁵.

¹Mestre em Filosofia pela UFC. Professor da Rede Estadual de Educação (SEDUC-CE). E-mail: pedrofilosofiaufc@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-7584-9150>

1. INTRODUÇÃO

O assédio moral no ambiente de trabalho tem sido recorrentemente tratado sob as lentes da psicologia clínica ou do direito trabalhista, sendo frequentemente reduzido a um conflito de personalidades ou a uma patologia das relações interpessoais.

No contexto da educação pública brasileira, entretanto, essa leitura revela-se insuficiente. O presente artigo propõe que o assédio moral não é um acidente de percurso na gestão escolar, mas um elemento constitutivo de um modelo de governamentalidade que instrumentaliza a violência psíquica para assegurar a docilidade institucional.

Sustenta-se a tese de que o assédio opera como um dispositivo estrutural — no sentido foucaultiano do termo - destinado ao silenciamento do dissenso. Em uma arquitetura de gestão orientada por métricas gerencialistas e lógicas autoritárias, a manutenção da ordem exige a neutralização de qualquer elemento que introduza a instabilidade do questionamento.

O recorte desta investigação recai sobre o ensino de filosofia. Tal escolha não é fortuita: a filosofia, por sua vocação intrinsecamente crítica, constitui um ponto de fricção permanente com o autoritarismo administrativo.

Ao exercer o pensamento como interrupção da obviedade, o professor de filosofia tensiona o que Jacques Rancière define como a organização estética da política:

Denomino partilha do sensível o sistema de evidências sensíveis que revela, ao mesmo tempo, a existência de um comum e dos recortes que nele definem lugares e partes respectivas. Uma partilha do sensível fixa portanto, ao mesmo tempo, um comum partilhado e partes exclusivas. Essa repartição das partes e dos lugares se funda numa partilha de espaços, tempos e tipos de atividade que determina propriamente a maneira como um comum se presta à participação e como uns e outros tomam parte nessa partilha. (RANCIÈRE, 2005, p.15).

Ao atuar nessa estrutura, o docente converte-se em um "corpo estranho" ao dispositivo de gestão, tornando-se, por conseguinte, alvo privilegiado das microviolências cotidianas que visam desestruturar sua atuação pública e política.

Para sustentar essa reflexão, o itinerário deste trabalho divide-se em quatro momentos: primeiramente, delimita-se o marco teórico, transitando da fenomenologia do assédio (Hirigoyen) para a crítica da violência e a erosão do espaço público (Arendt). Em

seguida, analisa-se o assédio como técnica policial de restauração da ordem e supressão do dissenso (Foucault e Rancière).

Posteriormente, examina-se a materialização desse dispositivo no cotidiano da escola pública e as razões da vulnerabilidade específica do docente de filosofia; Por fim, argumenta-se que a própria experiência do trabalho, quando atravessada pela reflexão filosófica, pode se converter em potência de resistência e reabertura do espaço agonístico na educação.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A análise do assédio moral na educação exige, inicialmente, a superação de sua leitura meramente episódica ou psicológica. Marie-France Hirigoyen, ao sistematizar o conceito, define-o como uma conduta abusiva:

Por assédio moral em um local de trabalho temos que entender toda e qualquer conduta abusiva manifestando-se sobretudo por comportamentos, palavras, atos, gestos, escritos que possam trazer dano à personalidade, à dignidade ou à integridade física ou psíquica de uma pessoa, pôr em perigo seu emprego ou degradar o ambiente de trabalho. (HIRIGOYEN, 2008, p. 65).

No contexto da educação pública, entretanto, o fenômeno adquire uma coloração especificamente institucional. O assédio não é um fim em si mesmo, mas um instrumento: a instrumentalização do sofrimento para a obtenção da paralisia crítica.

Dessa forma, a microviolência cotidiana - o silenciamento em reuniões, a alteração arbitrária de horários, o isolamento pedagógico e a desqualificação intelectual diante dos pares - funciona como uma técnica de "aniquilamento do mundo" do docente. Como observa a autora, "o assédio se instala quando o diálogo é impossível e a palavra daquele que é agredido não consegue fazer-se ouvir" (HIRIGOYEN, 2008, p. 200).

A eficácia do assédio reside, portanto, na sua capacidade de desintegrar a confiança do sujeito em sua própria percepção da realidade, lançando-o em um estado de perplexidade e autoquestionamento que precede o colapso subjetivo.

Nesse ponto, a interlocução com Hannah Arendt torna-se imperativa para elevar o debate da esfera privada para a política. Em sua distinção fundamental entre "violência" e "poder", Arendt sustenta que "o poder é a essência de todos os governos, nascendo da ação concertada e do discurso em liberdade" (ARENDR, 1985, p. 22).

O poder só existe onde há pluralidade, pois, como afirma a autora, "todas as atividades humanas são condicionadas pelo fato da pluralidade humana, o fato de que não um homem, mas homens, no plural, habitam a Terra e de uma maneira ou outra vivem juntos" (ARENDE, 2005, p. 190).

A violência, por sua vez, é de natureza instrumental; ela surge precisamente onde o poder está em declínio ou onde a legitimidade da autoridade se esvai. Na gestão escolar de viés autoritário, o "espaço público" — entendido como a esfera da aparência onde os pares debatem o sentido da educação e os rumos da instituição — é percebido como uma ameaça à eficiência administrativa e à hierarquia estéril.

O assédio moral revela-se, assim, como a violência que visa destruir o poder político da comunidade docente. Ao transformar o professor de filosofia em um alvo, a instituição não busca apenas punir um indivíduo, mas erradicar a própria possibilidade de agir político no ambiente escolar.

A prática dessa violência é fundamentalmente de natureza ético-política, pois para uma erosão do espaço comum, transformando a escola, que deveria ser um lugar de pólis, em um deserto de subjetividades isoladas.

Sob o peso da agressão institucional, o docente recua do espaço público para a segurança do silêncio, consolidando a vitória de uma gestão que substitui a pluralidade do debate pela mudez da obediência técnica.

Aprofundando a arquitetura dessa violência, é necessário compreendê-la sob a ótica da microfísica do poder de Michel Foucault (FOUCAULT, 1999, p. 28). Trata-se da ideia de que o poder não se concentra apenas no Estado ou nas leis, mas circula capilarmente nas relações cotidianas, produzindo comportamentos, saberes e subjetividades por meio de práticas e dispositivos disciplinares.

O assédio moral na educação pública atua como um dispositivo, uma rede heterogênea que articula discursos gerencialistas, normas disciplinares, arquiteturas administrativas e práticas de vigilância. Sob a égide da "qualidade total", da "produtividade" e da "eficiência", a gestão escolar contemporânea muitas vezes assume um caráter panóptico.

O professor que exerce o pensamento crítico não é mais apenas o destinatário de uma punição administrativa clássica, mas o alvo de uma "normalização" constante. O dispositivo de assédio opera

uma patologização da resistência: o docente que questiona é rotulado como "desajustado", "resistente a mudanças" ou "agente de conflitos", justificando-se, assim, a intervenção "corretiva" da gestão sobre sua conduta e sua psique.

Essa mecânica de controle encontra sua tradução política definitiva na distinção proposta por Jacques Rancière entre política e polícia. Para Rancière, a "polícia" não se refere ao aparato repressivo do Estado, mas à ordem sensível que distribui os lugares, as funções, as competências e as linguagens — uma partilha do sensível que define quem pode ser ouvido e quem emite apenas "ruído" (RANCIÈRE, 1996, p. 42).

O assédio moral é a prática policial por excelência no interior da escola. Ele visa restaurar a harmonia artificial da instituição sempre que o ensino de filosofia introduz o dissenso (mésentente).

O dissenso, para Rancière, não é o mero conflito de opiniões, mas a demonstração de um "hiato no sensível": a revelação de que a ordem institucional esconde uma injustiça fundamental ou uma vacuidade de sentido pedagógico.

Quando o professor de filosofia torna visíveis as contradições da gestão ou a instrumentalização do ensino, ele rompe com a contagem policial dos corpos. O assédio funciona como um mecanismo de "re-partilha", cujo objetivo é empurrar o docente de volta ao silêncio, à invisibilidade ou à autoexclusão.

A passagem dessa reflexão sobre o fenômeno social do poder para o chão da escola exige a compreensão de como o modelo de gestão educacional contemporâneo transmuta-se em um dispositivo de assédio. Nestes modelos, a escola deixa de ser compreendida como um espaço de formação humana e política para ser gerida como uma empresa de entrega de resultados estatísticos (índices de aprovação, metas de desempenho e proficiência).

Nesse cenário, o assédio não é uma disfunção de caráter individual, mas o resultado de um projeto de reestruturação do espaço educativo. Como bem analisa Gaudêncio Frigotto:

É a partir, sobretudo, das últimas décadas do século XX, que se afirma um processo de desmanche do setor público e da escola pública, como se protagonizou pelos homens de negócio e suas instituições e organizações empresariais. [...] Mas o desmanche deveria atingir a escola pública mediante a adoção dos critérios mercantis na sua gestão, na escolha das disciplinas que deveriam compor o currículo e na

definição dos conteúdos e dos métodos de ensinar e avaliar. A formação e a função docentes, como consequência, deveriam ser alteradas." (FRIGOTTO, 2017, p. 19).

A gestão, imbuída dessa lógica, passa a operar sob um imperativo de "harmonia operacional". Nesse cenário, qualquer postura que introduza a reflexão sobre os fins da educação, e não apenas sobre os meios e métodos, tende a ser lida como uma disfunção.

A violência institucional, então, manifesta-se no que podemos chamar de banalidade da microviolência. Inspirando-se na intuição arendtiana sobre a banalidade do mal e a burocracia como o governo de "Ninguém", o assédio moral escolar frequentemente não possui um rosto vilanesco único, mas dilui-se em práticas administrativas normalizadas.

São solicitações de relatórios redundantes com prazos exíguos, a desqualificação das escolhas pedagógicas do docente em reuniões coletivas - sob o pretexto de "alinhamento institucional" - e, em alguns casos mais extremos, até mesmo a abertura de processos administrativos de "análise de conduta".

Essas práticas não são falhas do sistema; são o sistema funcionando para produzir o desgaste. Conforme aponta Michel Foucault, trata-se de "um mecanismo de poder que permite extrair dos corpos tempo e trabalho, mais do que bens e riqueza" (FOUCAULT, 1999, p. 42).

O objetivo é a exaustão da subjetividade: um docente exausto não possui a energia vital necessária para sustentar o dissenso. O assédio, portanto, atua como uma drenagem da potência de agir, transformando o professor em um mero executor de tarefas burocratizadas, destituído de sua autonomia intelectual.

Dentro desse arranjo disciplinar, o professor de filosofia ocupa uma posição de vulnerabilidade singular, constituindo o que podemos denominar como um "ponto de crise" do dispositivo.

Se, como vimos com Rancière, a política é a interrupção da ordem policial, o ensino de filosofia é, por definição, uma atividade política. A filosofia não se limita a transmitir um conteúdo morto; ela opera na desconstrução de pressupostos e na análise das estruturas de poder que sustentam o visível.

Quando o docente leva para a sala de aula — ou para o conselho de classe — o questionamento sobre a ética das relações de trabalho ou sobre o caráter

ideológico das métricas de ensino, ele está, de fato, "partilhando o sensível" de uma forma que a gestão autoritária não suporta olhar.

Essa vocação reflexiva colide frontalmente com a lógica do dispositivo que visa à docilidade. Por ser treinado na arte do contraditório, o professor de filosofia tende a ser aquele que aponta o "rei nu" nas reuniões pedagógicas eivadas de frases feitas e jargões corporativos.

Por essa razão, ele deixa de ser visto como um par pedagógico para ser classificado como um "problema administrativo". O assédio contra o filósofo é, em última análise, um ataque à própria natureza da filosofia: tenta-se silenciar a disciplina através do silenciamento do corpo que a enuncia.

Para tornar concreta a articulação teórica até aqui desenvolvida, é preciso observar as manifestações típicas desse dispositivo em ação.

Um exemplo emblemático ocorre no uso dos espaços de "formação continuada" e reuniões de planejamento. Nesses locais, que deveriam ser o reduto do pensamento e da construção coletiva, o dispositivo de assédio manifesta-se através do silenciamento sistemático.

Quando o docente de filosofia tenta introduzir uma perspectiva crítica sobre um projeto institucional, é comum ser interrompido com o argumento da "falta de tempo" ou da "necessidade de foco prático". O dissenso é reduzido a "queixa" ou "pessimismo", operando-se uma deslegitimação epistemológica de sua fala.

Essa exclusão deliberada visa forçar o que a literatura chama de "exoneração branca" ou "autoexclusão": o docente, incapaz de suportar o isolamento e a desqualificação constante, acaba por buscar o afastamento médico ou a remoção, deixando o campo livre para que a ordem policial se restabeleça sem resistências.

Esses exemplos revelam, portanto, que o assédio moral na escola pública é, antes de tudo, uma estratégia de limpeza do terreno institucional, removendo aqueles que insistem em manter viva a chama da reflexão pública sobre a realidade educacional.

Nesse horizonte de tensões, a filosofia deixa de ser apenas um conteúdo curricular para se tornar uma prática de si e uma ferramenta de análise da própria servidão institucional.

Essa exaustão da subjetividade encontra terreno fértil em uma cultura política que começa a normalizar a supressão do dissenso em nome da eficiência.

Dados publicados recentemente na Revista DoCentes (AGUIAR; FREITAS; OLIVEIRA, 2025, p. 49) corroboram essa percepção ao revelarem que, em uma parcela significativa da juventude, há a opinião de que a democracia "pode ser sacrificada por outras prioridades como garantir a estabilidade da economia por exemplo".

Tal estatística é o sintoma de um dispositivo gerencialista bem-sucedido: a democracia deixa de ser o fundamento do agir comum e passa a ser tratada como um custo operacional descartável.

Esse deslocamento não ocorre de modo isolado, mas se insere no quadro mais amplo da crise da democracia contemporânea, marcada pela redução da política a critérios de eficiência, desempenho e controle. Quando a democracia é descartável, a filosofia, em sua razão crítica, perde lugar. Passa até mesmo a ser vigiada e, não raro, "punida".

No entanto, o lugar do educador-filósofo é, em essência, o de fazer a crítica pública. Em uma entrevista, o professor Wayne Ross destaca que o papel do educador reside no:

encorajamento da reconceitualização da democracia ao fazer perguntas difíceis, eu penso que educar para a democracia nos tempos contemporâneos de fato não pode ser feito sem engajamento nessas complexidades e contradições. [...] As políticas populares democráticas podem ser criadas sem sucumbir ao neoliberalismo ou ao populismo autoritário? E como abordamos isso? É uma tarefa enorme." (ROSS, 2025, p. 103).

Ao pensar o assédio moral na educação de forma pública e crítica, o educador filósofo se expõe inevitavelmente ao assédio moral. A análise desta violência invisível mas devastadora para a psique exige, por fim, o retorno à fenomenologia de Marie-France Hirigoyen, que define o fenômeno como uma conduta abusiva que atenta contra a integridade psíquica. No contexto da educação, o assédio é a instrumentalização do sofrimento para a paralisia crítica. É a supressão do dissenso.

Foucault chamará de ontologia do presente a atitude filosófica que consiste em problematizar o próprio tempo histórico, examinando criticamente o que somos hoje.

Trata-se de investigar como, na atualidade, operam mecanismos e práticas que moldam a constituição dos

sujeitos — isto é, que produzem certas formas de subjetividade — e, a partir dessa análise, abrir espaço para que surjam outras maneiras de o indivíduo relacionar-se consigo mesmo e com os demais (FURTADO, 2015). Nessa perspectiva, caberia ao docente perguntar-se: o que está acontecendo agora, nesta instituição, que nos impede de pensar?

Foucault chamará de ontologia do presente a atitude filosófica que consiste em problematizar o próprio tempo histórico, examinando criticamente o que somos hoje. Trata-se de investigar como, na atualidade, operam mecanismos e práticas que moldam a constituição dos sujeitos — isto é, que produzem certas formas de subjetividade — e, a partir dessa análise, abrir espaço para que surjam outras maneiras de o indivíduo relacionar-se consigo mesmo e com os demais (FURTADO, 2015).

Ao transformar a própria microviolência sofrida em objeto de análise coletiva, o professor de filosofia começa a desarticular a eficácia do dispositivo. O silenciamento só é total enquanto a vítima permanece isolada na sua dor privada. No momento em que essa dor é politizada e compartilhada como um fenômeno estrutural da gestão, o dispositivo de assédio sofre sua primeira fissura. A resistência, portanto, inicia-se pela recusa em aceitar a patologização da crítica e pela reafirmação da legitimidade do pensamento sobre a vida institucional.

A verdadeira contraofensiva ao dispositivo de silenciamento ocorre na reativação do que Arendt denomina "espaço público". Se a gestão autoritária tenta converter a escola em um deserto de vozes uníssonas, a sala de aula de filosofia permanece como um oásis de pluralidade. É neste espaço que o dissenso encontra seu refúgio e sua potência de reemergência. O ensino de filosofia, ao fomentar a capacidade de julgar e de ver o mundo sob múltiplas perspectivas, opera uma "repartilha do sensível" em tempo real.

3. METODOLOGIA

A presente investigação caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica de natureza qualitativa e básica, orientada pelo método da análise dialética em articulação com a perspectiva analítica da ontologia do presente. A lógica estruturante deste estudo não se limita à revisão de literatura, mas assume a pesquisa bibliográfica como um procedimento de reconstrução conceitual para interperlar a realidade da gestão educacional contemporânea.

O percurso metodológico fundamenta-se na interpretação das obras de autores-base que compõem o marco teórico. No caso deste artigo, o método bibliográfico é o que permite transpor a fenomenologia do assédio moral (HIRIGOYEN, 2008) para o campo da filosofia política (ARENDE; FOUCAULT; RANCIÈRE), operando uma síntese que revela a natureza política da violência institucional.

Esta arquitetura metodológica assegura a coerência entre o objetivo de problematizar o assédio moral e a hipótese de que o ensino de filosofia pode atuar como um elemento de ruptura da ordem policial institucional.

4. DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

A transição da resistência individual para a potência de transformação institucional exige que o ensino de filosofia seja compreendido como uma forma de parresia — o falar a verdade ao poder (FOUCAULT, 2011). A resistência ao assédio moral não se esgota na sobrevivência psíquica do docente, mas se expande na capacidade de manter viva a pergunta sobre a finalidade da educação pública.

A potência da filosofia reside, portanto, na sua recusa em ser funcional. Ao resistir à instrumentalização gerencialista descrita por Frigotto (FRIGOTTO, 2017), o docente de filosofia preserva, para toda a comunidade escolar, a possibilidade de um futuro não totalmente administrado.

A coragem de falar a verdade diante do poder, nesse contexto, não é apenas um ato de ousadia individual, mas a ferramenta política para a recuperação do espaço público escolar.

Ao falar a verdade ao poder, o filósofo na escola denuncia o assédio como o mecanismo que interdita a gestão democrática, transformando o que era "ruído" de resistência em "discurso" legítimo de transformação institucional, pois a recuperação do espaço público passa, necessariamente, pela recusa em aceitar a violência como substituta do poder coletivo.

Defender o ensino de filosofia frente aos mecanismos de violência institucional é, portanto, defender a própria possibilidade da democracia na escola.

Se o assédio visa produzir o conformismo, a filosofia cultiva a "inquietação". Esta inquietação, quando enraizada na experiência docente, torna-se uma força desestabilizadora que obriga a gestão a confrontar-se com seus próprios vazios éticos.

A reabertura do espaço do dissenso não é, portanto, um evento isolado, mas uma prática contínua de vigilância crítica. A filosofia ensina que o poder, por mais que tente se revestir de violência instrumental, nunca é absoluto enquanto houver um sujeito capaz de dizer "não" e de fundamentá-lo na busca pela justiça e pelo sentido comum.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O percurso investigativo trilhado neste artigo permitiu compreender que o assédio moral na educação pública transcende a dimensão da patologia interpessoal para se revelar como um dispositivo biopolítico de silenciamento.

Por dispositivo, compreende-se, no sentido foucaultiano, a rede heterogênea que articula discursos gerencialistas, normas disciplinares e práticas administrativas para gerir condutas; por biopolítica, entende-se a tecnologia de poder que incide sobre a vida e a subjetividade dos docentes, visando torná-los produtivos e dóceis sob o manto da "eficiência" e do "alinhamento institucional" (FOUCAULT, 1979).

A principal contribuição deste estudo reside na desnaturalização das práticas gerencialistas que, sob o pretexto da "qualidade total" e da "produtividade", operam uma erosão sistemática do espaço público e da pluralidade docente.

Evidenciou-se que o professor de filosofia, por habitar o "entre-lugar" da crítica e do questionamento radical, constitui o ponto de maior fricção com a ordem policial das instituições.

O assédio, portanto, manifesta-se como uma tentativa de re-partilha do sensível, visando converter o discurso político em ruído ininteligível. Contudo, a análise demonstrou que a própria natureza da filosofia — como prática de parresia e exercício do dissenso — oferece as ferramentas para a desarticulação desse dispositivo. Ao politizar a dor do isolamento e transformá-la em reflexão pública, o docente reabre o espaço agonístico necessário para a saúde da democracia escolar.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Edinalva Padre; FREITAS, Izis Pollyanna Teixeira Dias de; OLIVEIRA, Adriano Santos. Ideias históricas de jovens alunos/as do ensino médio sobre assuntos de natureza política (Vitória da Conquista-BA). **Revista DoCEntes**, Fortaleza, v. 10, n. 35, p. 41-55, maio 2025.

ARENDT, Hannah. **Sobre a violência**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1985.

ARENDT, Hannah. Trabalho, obra, ação. Tradução de Adriano Correia. **Cadernos de Ética e Filosofia Política 7**, São Paulo, n. 2, p. 175-201, 2005.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder. Organização e tradução de Roberto Machado**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)**. Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, Michel. **O governo de si e dos outros: curso no Collège de France (1982-1983)**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

FOUCAULT, Michel. **A coragem da verdade: curso no Collège de France (1983-1984)**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A gênese das teses do Escola sem Partido: esfinge e ovo da serpente que ameaçam a sociedade e a educação. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **Escola "sem" partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017. p. 17-34.

FURTADO, Rafael Nogueira. **A atualidade como questão: ontologia do presente em Michel Foucault. Natureza Humana**, São Paulo, v. 17, n. 1, 2015.

HIRIGOYEN, Marie-France. **Assédio Moral: a violência perversa no cotidiano**. Tradução de Maria Helena Bayer. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

RANCIÈRE, Jacques. **O desentendimento: política e filosofia**. Tradução de Ângela Leite Lopes. São Paulo: Editora 34, 1996.

RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do sensível: estética e política**. Tradução de Mônica Costa Netto. São Paulo: EXO experimental.org.; Editora 34, 2005.

ROSS, Wayne. Entrevista com prof. Wayne Ross. [Entrevistadores: Luis Fernando Cerri, Maria Aparecida Lima dos Santos e Juliana Alves de Andrade]. **Revista DoCEntes**, Fortaleza, v. 10, n. 35, p. 100-112, maio 2025.